

## Pouso Alegre em transição: Organização política e econômica da Administração Publica nos últimos anos do século XIX

Fernando Henrique do Vale  
História Econômica-USP/ FFLCH

**Resumo:** O presente artigo analisa a organização política e econômica de Pouso Alegre/MG, levando em conta a documentação municipal dos anos de 1880 a 1890, período este em que o Brasil passa a viver intensamente as mudanças produzidas pela modernização. Tratamos também da constituição e ordenamento político e fiscal na cidade de Pouso Alegre, tomando como base os códigos de posturas, a cobrança de impostos do município, instrumentos estes utilizados para a normatização da população.

**Palavras-Chaves:** Economia- Urbanização-Modernização- Comércio

**Área Temática:** História Econômica e Demografia Histórica

O presente artigo analisa a organização política e econômica de Pouso Alegre/MG, levando em conta os dados contábeis municipais dos anos de 1880 a 1890, período este em que o Brasil passa a viver intensamente as mudanças produzidas pela modernização, sendo observados em grande escala nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e na construção de Belo Horizonte, aquela seria a nova capital de Minas Gerais. Nesta transição, a maioria da população brasileira ainda residia no âmbito rural, sendo percebido em grande escala nas cidades do interior, porém uma parcela passa a habitar o ambiente citadino. A tríade da modernização se manifestava através da higienização, embelezamento e racionalização da malha viária, com o objetivo de transformar aquela que era denominada a “velha urbe” antiquada, herdada do período medieval em uma cidade modernizada, civilizada, cartão postal que a modernidade passara a exigir<sup>1</sup>.

Tratamos também da constituição e ordenamento político e fiscal na cidade de Pouso Alegre, tomando como base os anos em que foram constituídos os códigos de posturas, a cobrança de impostos do município, instrumentos estes utilizados para a normatização da população. Ao analisar esta documentação, atentamos a perspectiva de Le Goff nos afirmando que

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa.<sup>2</sup>

Neste intuito, utilizamos de fontes primárias, como balancetes e atas da Câmara Municipal de Pouso Alegre para termos conhecimento das receitas e despesas dos últimos anos do século XIX. A investigação destes documentos “*atraem a atenção do pesquisador, por serem abundantes e fáceis de trabalhar (...) pode ser utilizado como subsídio para estudos nas áreas de história econômica, história política e história cultural (...)*”<sup>3</sup> do período estudado. Este aspecto é geralmente estudado pela história fiscal, como define a sua importância a historiadora econômica Wilma Peres Costa:

---

<sup>1</sup>FOLLIS, Fransérgio. *Política urbana e cidadania: um estudo sobre a cidade no interior paulista* (Franca, 1890-1996). Editora UNESP, São Paulo, 2012, p.32.

<sup>2</sup> LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 4ªEd. Campinas: Editora Unicamp, 1996, p.545.

<sup>3</sup>LOPES, Luciana Suarez. HANLEY, Anne Gerard. *Alice no país da contabilidade: a aventura de duas historiadoras econômicas em registros contábeis do século XIX*. Revista de Contabilidade Financeira, vol. 25, São Paulo: USP, 2014, p. 356.

A capacidade de extrair recursos materiais da sociedade para sustentar a existência de um centro político e a extensão de sua capilaridade, os modos concretos pelos quais essa capacidade se produziu e se legitimou, proporcionam ângulos de visão estratégicos para compreender as imbricações pertinentes sobre os impulsos transformadores da extração fiscal sobre ordem política; pois, se a fiscalidade é um dos campos principais da construção das desigualdades, ela é também um canal fundamental para a expressão das demandas por equidade, movendo as vontades políticas na construção de formas de participação e representação<sup>4</sup>.

A partir da leitura destes documentos, poderemos traçar o perfil econômico de Pouso Alegre e os investimentos feitos no período que delimitamos.

### 1. *O Sul de Minas e a economia de abastecimento regional*

Mesmo não sendo a área de maior relevância no ciclo minerador, no século XVIII, posição esta ocupada pela região central da província, o Sul de Minas manteve considerável produção dedicada ao abastecimento através da agricultura e da pecuária. Tinha como função abastecer as cidades mineradoras e suprir suas necessidades, realizando também o abastecimento de mercados intra e inter-regionais. Com a chegada da corte, na primeira década do século XIX, e com o aumento populacional da cidade do Rio de Janeiro, a região sul-mineira passou a exportar o excedente de seus gêneros alimentícios diversos entre outros<sup>5</sup>.

Discussões feitas no final da década de 1970 contrapuseram principalmente as teorias que permeavam a década de 1950, sendo que estes possuíam uma visão mais ampla da questão econômica no país. Uma dessas visões trata da “tese da involução”. Após o esgotamento da exploração do ouro, Minas Gerais sofreu um verdadeiro retrocesso, como nos aponta Celso Furtado:

Uns poucos decênios foi o suficiente para que desarticulasse toda a economia da mineração, decaindo os núcleos urbanos e dispersando-se grande parte de seus elementos numa economia de subsistência, espalhados por uma vasta região em que eram difíceis as comunidades e isolando-se os pequenos grupos uns dos outros. Essa população relativamente numerosa encontrará espaço para expandir-se dentro de um regime de subsistência e virá a constituir um dos principais núcleos demográficos do país. Neste caso, como no da economia pecuária no Nordeste, a expansão demográfica se prolongará num processo de **atrofiamento da economia monetária**. Dessa forma, uma região cujo povoamento se fizera dentro de um sistema de alta produtividade, e em que a mão-de-obra fora um fator extremamente escasso, **involuiu** numa massa de população totalmente desarticulada, trabalhando com baixíssima produtividade numa agricultura de subsistência. (Grifos meus)<sup>6</sup>

Em contrapartida, outros autores, a seu modo, questionaram em seus trabalhos a tese sustentada nos clássicos. Trabalhos como de Francisco Iglesias<sup>7</sup>, contemporâneo de Furtado, nos chama atenção sobre a economia mineira, em que passando o momento áureo da exploração de pedras preciosas, o estado não se dedicava apenas à produção de subsistência, possuindo certa articulação econômica com o interior da província. Alguns autores, no final

---

<sup>4</sup>COSTA, Wilma Peres. *Revisitando a questão da centralização fiscal no século XIX*. 1er Congresso Latinoamericano de Historia Económica (CLADHE I), Montevideo, 2007, p. 03.

<sup>5</sup>Cf: SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato. *Sul de Minas em transição: a formação do capitalismo na passagem para o século XX*. Bauru, SP: EDUSC, 2012.

<sup>6</sup>FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura S.A., 1959, p. 105-106.

<sup>7</sup>IGLÉSIAS, Francisco. *Política econômica do governo provincial mineiro, 1835-1889*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1958.

da década de 1970<sup>8</sup>, iniciam discussões sobre a economia regional a partir de fontes primárias. Alcir Lenharo, em sua obra *As tropas de moderação*<sup>9</sup>, busca analisar a questão do abastecimento da corte, no Rio de Janeiro, a formação de um novo setor comercial e a produção e distribuição de gêneros de primeira necessidade para o consumo interno.

Com Roberto Martins, podemos observar que do sistema escravista em Minas “*derivará uma economia dinâmica, autossuficiente e diversificada “(...)dando ênfase aos elementos econômicos internos e na articulação entre as economias provincial e nacional”*”<sup>10</sup>. Neste sentido, passamos a ter novas propostas de estudos em relação às questões econômicas em Minas Gerais, perceptíveis nas particularidades deste estado. A economia em Minas, no século XIX, mesmo obtendo um grande número de escravos, não se concentrou em torno da *plantation* ou de exportações apenas. Martins<sup>11</sup> aponta, em suas pesquisas, que Minas tinha o mais baixo nível de exportações per capita no país, fora da região cafeeira, esse nível declinou ainda mais. A grande lavoura exportadora, para o autor, ficou a uma área reduzida e não teve influencia econômica no resto da província, sendo que a economia provincial era formada basicamente por unidades agrícolas diversificadas internamente para autoconsumo e venda em mercados locais. Enquanto a região da Zona da Mata se despontava com a produção de café e a atividade exportadora, as outras regiões consistiam em unidades agrícolas que serviam para o autoconsumo e o excedente direcionado para o mercado local.

São poucos os estudos relacionados às transformações da economia, aspectos sociais e culturais no século XIX em Minas Gerais, principalmente na região sul-mineira, e há uma carência de estudos voltados para o regional comparando os vários cenários mineiros e do Brasil. Estes estudos, principalmente os que focam no século XIX, estão relacionados a constituição do mercado interno, demografia escrava, entre outros aspectos da vida brasileira e mineira no decorrer deste período.

Marcos Ferreira de Andrade<sup>12</sup> procura identificar a elite escravista do Sul de Minas Gerais e suas trajetórias na acumulação de fortuna, com o exercício de atividades agropastoris e comércio de gêneros voltados para o abastecimento interno. Esta produção também se destinava à comercialização no Rio de Janeiro, principalmente com a chegada da corte, e também ao abastecimento de outras áreas urbanas, como São João del Rei, sendo assim necessária a mão de obra escrava para a realização destas atividades econômicas. O autor discute também em seu livro a inserção das famílias aristocráticas na dinâmica da construção do Estado Imperial Brasileiro, grupos estes que foram formados pelo fortalecimento econômico propiciado pelas atividades agropastoris, em conjunto com o comércio de abastecimento interno, que se mantiveram influentes na política do século XIX.

Já Afonso de Alencastro Graça Filho, em seu livro “*A Princesa do Oeste e o Mito da decadência de Minas Gerais: São João del Rei, 1831-1888*” acrescenta novos detalhes relacionados a Província Mineira. Sua análise é feita no período de 1830 a 1880, principalmente na questão dessa economia voltada para o abastecimento. O autor ressalta que

---

<sup>8</sup>Podemos também citar LIBBY, ao afirmar que no século XIX a economia mineira era diversificada, ressaltando a produção industrial artesanal, voltada para o mercado interno, e a importância da ligação com o mercado externo.

<sup>9</sup>LENHARO, Alcir. *As tropas de moderação: O abastecimento da corte na formação política do Brasil (1808-1842)*. São Paulo: Edições Símbolo, 1979, p. 19-20.

<sup>10</sup>SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato. *Sul de Minas em transição: a formação do capitalismo na passagem para o século XX*. Bauru, SP: EDUSC, 2012, p. 20-21.

<sup>11</sup>MARTINS, Roberto Borges. Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não-exportadora. *Estudos Econômicos*, Instituto de Pesquisas Econômicas- USP, v. 13, nº1, 1983, p. 209.

<sup>12</sup>ANDRADE, Marcos Ferreira. *Elites regionais e a formação do Estado Brasileiro: Minas Gerais- Campanha da Princesa (1799-1850)*. 2ª edição revista atualizada. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

(...) além de possuir uma boa capacidade de acumulação de capitais na intermediação dos negócios interprovinciais, principalmente na segunda metade do século XIX, suas estratégias de apropriação alcançavam outra dimensão, esquecida pela historiografia, de centro financeiro”<sup>13</sup>.

Em sua obra, busca realizar não apenas uma compreensão regional, mas a nível nacional, envolvendo debates em torno do caráter da economia escravista presente na província e no Brasil.

Em *O Fiel da Balança*, John Wirth faz uma análise do estado de Minas Gerais, principalmente da segunda metade do século XIX até a década de 1930, caracterizando-o como um mosaico, rico em costumes, cada qual com sua característica, e formas de produzir, afirmando não ser “*um estado decadente, e sim em transição*”<sup>14</sup> com um crescimento econômico irregular, mas não estagnado.

O que nos chama atenção para a segunda metade do século XIX são as transformações ocorridas, determinando um novo perfil econômico e na sociedade. De uma economia que se integrava plenamente ao abastecimento da Corte, pelas atividades de criação e agricultura de abastecimento, com o meio de transporte precário, feito por tropas e mulas, na transição para o século XX, apresenta maiores relações com o estado de São Paulo, “*não apenas produzindo gêneros de abastecimento, mas inclusive, ampliando substancialmente a produção primário-exportadora de café*”<sup>15</sup>. Neste momento, o Sul de Minas vinha sendo constituído pela abertura das estradas de ferro, para facilitar o transporte do café destinado ao comércio para os comissários do Rio de Janeiro, as casas comerciais de São Paulo e ao escoamento de produtos ao Porto de Santos e do Rio, e pela abertura de bancos locais, com a finalidade de suprir as necessidades decorrentes das pequenas atividades, enquanto que o grande valor capital ficaria a cargo dos bancos de São Paulo e do Rio de Janeiro.

## 2- Pouso Alegre: dinâmica econômica e urbanização

O objeto deste estudo é o município de Pouso Alegre, localizado em Minas Gerais. Esta cidade se consolidou como uma das principais do Sul de Minas na transição para o século XX.

---

<sup>13</sup>GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. *A Princesa do Oeste e o Mito da decadência de Minas Gerais*: São João del Rei, 1831-1888. São Paulo: Annablume, 2003, p. 25.

<sup>14</sup>WIRTH, John D. *O fiel da balança*: Minas Gerais na Federação Brasileira 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 39-40.

<sup>15</sup>SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato. *Sul de Minas em transição*: a formação do capitalismo na passagem para o século XX. Bauru, SP: EDUSC, 2012, p. 21.

Mapa 01: Sul de Minas- Localização de Pouso Alegre



Fonte: IBGE Cidades

Pouso Alegre se consolidou como uma das principais cidades do Sul de Minas na transição para o século XX, por ser a de maior número de habitantes na região, estando em um ponto estratégico, tornando-a uma espécie de centro abastecedor regional. Entretanto, diferentemente da trajetória de outras cidades da região como Varginha, Três Pontas, Guaxupé, entre outras, em que o dinamismo econômico era resultado da expansão da produção de café, em Pouso Alegre a agricultura de abastecimento foi a responsável pelo crescimento e constituição de um dos mais importantes mercados regionais do Sul de Minas. Mesmo não fazendo parte da economia cafeeira, introduzida no Sul de Minas nas últimas décadas do século XIX, especializou-se na produção de mercadorias voltadas para o abastecimento interno, atendendo o mercado local e o comércio da região, reforçando seus laços com a economia de abastecimento da primeira metade do século XIX.

A formação da cidade é constituída pelos velhos caminhos das tropas que interligavam a região mineradora aos grandes centros urbanos (São Paulo e Rio de Janeiro), a região que mais tarde receberia o nome de Pouso Alegre está localizada em uma localização privilegiada, banhada pelos Rios Mandu e Sapucaí, que em determinada época do ano, em especial entre os meses de novembro e fevereiro, alagavam uma ampla área, causando certos obstáculos a circulação, muito bem observado pelos viajantes Spix e Martius:

Debaixo de chuva incessante e forte cerração, no dia seguinte, só pudemos percorrer quatro léguas na estrada atoladiça. Caminhar adiante era perigoso, segundo aconselhava nosso guia, pois o Rio Mandu, com a chuva estava tão cheio que só de dia poderia ser feito a passagem.<sup>16</sup>

<sup>16</sup>SPIX, Johann & MARTIUS Carl. *Viagem pelo Brasil*. 3 ed., vol. I. São Paulo: Melhoramentos, 1976, p. 159.

Unindo suas águas, estes rios se tornam importantes para a região “*que corre a menos de 2 kilometros e cujas águas são já sulcadas por barcas da capacidade de mil arrobas e que fazem viagens entre diversos pontos dos municípios de Pouso Alegre, Itajubá, Alfenas e Campanha*”<sup>17</sup>, servindo de comunicação entre as referidas cidades, correndo em direção do “*Cervo, cujo valle, de prodígios uberdade, é tido como o celleiro da freguezia*”, dedicado à abundancia de culturas e pastagens.

O início da povoação além-indígena, da região cortada pelo Rio Mandu, se deu pela presença de “ranchos de tropa”, como era costume em alguns povoados mineiros. Deles se formaram núcleos comerciais e pequenas lavouras para a subsistência dos habitantes da região. Conforme observamos nas pesquisas de Leonara Delfino<sup>18</sup>, o Arraial do Mandu<sup>19</sup> pertencia ao termo de Campanha que no ano de 1800 despontava como entreposto comercial. Neste ano,

(...) exportava-se para outras partes desta capitania (...) os gêneros da terra mais abundantes (...) caxaças e fumo, que vulgarmente chamavam de agozardente e tabacoz (...). Da mesma forma como das creações que se fazia nos largos campos deste termo, se exportava anualmente para outras capitancias um grandiozo número de cabessaz tanto de gados, como de toucinhos<sup>20</sup>.

Com o aumento populacional e a expansão da atividade agropecuária, da produção local de queijos, marmeladas, fumos e tecidos de algodão, o povoado começou a se consolidar em fins do século XVIII, com a construção de uma capela dedicada ao Senhor Bom Jesus e o surgimento de mais casas em torno dela. Com a vinda do Padre José Bento Leite Ferreira de Mello, em 1811, foi instituída a freguesia, e novas famílias começaram a habitar o lugar nascente, configurando novas dinâmicas para este espaço, dirigindo pessoalmente o “*alinhamento das ruas, a disposição das casas, e tudo quanto interessava à higiene e embelezamento da povoação (...) promovendo o aumento de sua população, atraindo para ele parentes e amigos*”<sup>21</sup> das regiões circunvizinhas.

Este povoado vivia de sua produção agrícola, fornecendo gêneros para a região e, posteriormente, para o império. Com Alexandre Cunha e Marcelo Godoy percebemos o perfil regional por meio de relatos dos viajantes Spix e Martius:

Podemos dividir o território percorrido por Spix/Martius em duas porções. Até mais ou menos a altura de Campanha os autores relatam a grande incidência de matas, a agricultura voltada para o auto-consumo e na área de Campanha, a mineração de ouro vigorosa. Já a parte percorrida entre Campanha e São João Del Rei apresentava a criação como atividade preponderante.<sup>22</sup>

---

<sup>17</sup> VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanack Sul-Mineiro*. Campanha: Tipografia do Monitor Sul Mineiro, 1874, p. 222.

<sup>18</sup> DELFINO, Leonara Lacerda. *A família negra na freguesia de São Bom Jesus dos Mártires: incursões em uma demografia da escravidão no Sul de Minas*. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2010, p. 37.

<sup>19</sup> Esta era uma das denominações dadas à região de Pouso Alegre. Cabe também destacar outras: Arraial do Bom Jesus do Matozinhos do Mandu, Arraial do Mandu, Pouso Alegre do Mandu, Pouso Alegre.

<sup>20</sup> VEIGA, Xavier. *Revista do Arquivo Publico Mineiro*. Ano I, Fascículo 3. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, jul-set 1896, p. 479.

<sup>21</sup> QUEIROZ, Amadeu de. *O Senador José Bento* (Estudo Histórico). Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1933, p. 17-18.

<sup>22</sup> CUNHA, Alexandre Mendes; GODOY, Marcelo Magalhães. O espaço das Minas Gerais: processos de diferenciação econômico-espacial e regionalização nos séculos XVIII e XIX. *Congresso Brasileiro de História Econômica, 5; Conferência Internacional de Historia de Empresas, 6*, 2003, Caxambu, MG. Anais... Caxambu: ABPHE, 2003. 1 CD-ROM.

Com independência do Brasil e a promulgação da Constituição de 1824, surgem os municípios com feições próprias e existência constitucional. Neste sentido, “*haveria em todas as cidades e vilas uma Câmara Municipal, à qual competia, o governo econômico e municipal*”<sup>23</sup>. A partir de 1831, Pouso Alegre passou a ser denominada de Vila, assumindo assim autonomia política da cidade de Campanha. No ano seguinte, instalou-se a Câmara Municipal e foi redigido um Código de Posturas próprio, sendo elaborado a partir do conjunto de leis da cidade da Campanha, possuindo agora autonomia administrativa. Melhorias foram realizadas naquele espaço, como a abertura de duas fontes de águas potáveis, drenagem de áreas alagadiças no interior da povoação, construção do pelourinho, criação dos serviços de correios e a implantação de uma cadeia. Em 1839, foram feitas algumas melhorias nos caminhos que interligavam Pouso Alegre com outras povoações e áreas rurais, realizando também aterros nas várzeas dos rios Mandu, Sapucaí e Cervo. Neste mesmo período, Pouso Alegre possuía um destaque no cenário político nacional, pela presença de José Bento como Deputado Geral e Senador do Império do Brasil de 1838 a 1844, ano de seu assassinato.

Na segunda metade do século XIX, o comércio era realizado informalmente, de porta em porta, por carreiros e tropeiros que vendiam arroz, feijão, milho, toucinho, entre outros produtos da terra. Para maior organização da cidade, em 1859, foi criado um espaço dedicado às práticas comerciais, dando origem a primeira Praça do Mercado<sup>24</sup>. A cidade de Pouso Alegre, na década de 70 deste mesmo século, possuía “*três praças, 26 ruas e trezentas e tantas casas, em geral bem construídas e asseadas, distinguindo-se algumas pela elegância e bom gosto que são construídas*”<sup>25</sup>. Existiam também duas igrejas: a Matriz do Bom Jesus, localizada no centro da cidade e frequentada pela elite local, e a Capela Nossa Senhora do Rosário, espaço este dedicado às práticas religiosas dos negros e escravos, estabelecida no largo que recebia o mesmo nome. Possuía também um Hospital de Misericórdia, de natureza caritativa, sustentado pela elite local, e que atendia a todos sem distinção. Por causa de algumas necessidades, foi fechado no ano em que foi escrito o Almanaque Sul- Mineiro de 1874. Em relação ao ensino, Veiga registra a presença de duas excelentes instituições: o Colégio São Sebastião, voltada para o público masculino, e o Colégio Nossa Senhora das Dores, “*onde se educa e instrue com carinho e esmero as futuras mães de família*”<sup>26</sup>. Mesmo estando entre as principais cidades do Sul de Minas neste período, a economia local possuía aspecto agrário.

Analisando a composição da riqueza de Pouso Alegre<sup>27</sup> entre os anos de 1880-1888, 2% dos bens estavam situados no espaço urbano, enquanto 63% se encontravam no meio rural<sup>28</sup>, compondo assim a situação econômica desta época conforme indica a tabela abaixo:

---

<sup>23</sup>MONTORO, Eugênio Augusto Franco. A organização do Município na Federação Brasileira. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1974, p. 07.

<sup>24</sup>ANDRADE, Ana Eugênia Nunes de. VALE, Fernando Henrique do. *Mercado Municipal de Pouso Alegre: o cotidiano na cidade*. Campinas: Pontes Editores, 2014, p.16-17.

<sup>25</sup>VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanack Sul-Mineiro*. Campanha: Tipografia do Monitor Sul Mineiro, 1874. p. 222.

<sup>26</sup>Idem.

<sup>27</sup>Esta não era uma característica própria de Pouso Alegre, ocorria também em outras regiões do Brasil, como São Paulo, percebido nas pesquisas de Zélia Cardoso de Mello. Cf: MELLO, Zélia Cardoso. *Metamorfose da riqueza*: São Paulo, 1845-1895. São Paulo: Hucitec/Prefeitura do Município de São Paulo/Secretaria Municipal de Cultura, 1985.

<sup>28</sup>SAES, Alexandre Macchione; FILHO, Antoniel Avelino. Escravidão e trajetórias das elites locais: Campanha e Pouso Alegre no ocaso da escravidão. *Cultura, História e Patrimônio*, v. 1, 2012, p. 82.

Tabela 01- Composição da Riqueza de Pouso Alegre 1880-1888<sup>29</sup>

<b>Ativos</b>	<b>Pouso Alegre</b>	
	<b>Valor em réis</b>	<b>%</b>
<b>Dinheiro</b>	-	0%
<b>Bens Móveis</b>	19:323\$388	2%
<b>Cultura</b>	6:225\$490	1%
<b>Animais</b>	80:659\$804	9%
<b>Escravos</b>	104:002\$000	12%
<b>Imóveis Rurais</b>	551:775\$774	63%
<b>Imóveis Urbanos</b>	16:329\$000	2%
<b>Dívidas Ativas</b>	90:778\$151	10%
<b>Total</b>	869:093\$607	100%

Fonte: Inventários post-mortem de Pouso Alegre. Museu Histórico Municipal Tuany Toledo (1880-1888).

Em um contexto nacional, na transição do Império para a República, as últimas décadas do século XIX foram marcadas pela abolição do trabalho escravo e pela vinda de imigrantes europeus, destinados à mão de obra no país. Diversos estados investiam na introdução dessas pessoas no país, pagando o traslado das famílias, cedendo pedaços de terras, com a intenção de serem pagos com a força de seus trabalhos ou até mesmo constituindo colônias e cultivando produtos para abastecer cidades e regiões.

Ao realizar um estudo sobre esta temática, Fábio Castilho<sup>30</sup> procura analisar os discursos da elite diante da transição da mão de obra nas últimas décadas do século XIX, através de artigos publicados em jornais de algumas cidades sul mineiras, defendendo a manutenção do trabalhador nacional, evitando riscos para a unidade do país e, principalmente, medida por demais onerosa aos cofres públicos, ou até mesmo o estabelecimento de imigrantes para a região, sendo “*início de uma nova prosperidade*”<sup>31</sup>. Com este mesmo trabalho, o Sul de Minas aumentaria sua produção e conheceria um farto desenvolvimento semelhante às de outras províncias”<sup>32</sup> por ser esta região profícua para a produção. Em Pouso Alegre, adentraram alguns espanhóis, portugueses, austríacos, alemães e, em número maior, os italianos, que se estabeleceram inicialmente na Colônia Francisco Salles, cultivando sobretudo o arroz e seu beneficiamento.

Percebemos que a cidade estava passando por um processo de urbanização. A construção do Teatro Municipal, idealizado por jovens amantes das artes cênicas, a presença de um grêmio literário, deixa clara a presença de uma elite atuante na cidade e região. Para manter a ordem local, foi construído um novo prédio da cadeia, localizado na região central, servindo também como departamento jurídico, Câmara Municipal e Posto de Profilaxia. Nas últimas décadas deste século, a cidade passou a contar com iluminação pública, composta por

<sup>29</sup>SAES, Alexandre Macchione; FILHO, Antoniel Avelino. Escravidão e trajetórias das elites locais: Campanha e Pouso Alegre no ocaso da escravidão. *Cultura, História e Patrimônio*, v. 1, 2012

<sup>30</sup>CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. A Transição da mão de obra no Sul de Minas: cultura política na imprensa local (1879-1888). *Revista Eletrônica Cadernos de História*, vol. 1, n° 2, Ouro Preto: UFOP, dez-2008.

<sup>31</sup> Idem, p. 108.

<sup>32</sup> Ibid, p. 109.



50 lampiões a querosene<sup>33</sup> e um prédio próprio para o Mercado destinado à venda dos gêneros locais<sup>34</sup>.

O Sul de Minas agrega em sua economia a produção do café, tornando-se expansiva entre as décadas de 1870-1880. Mesmo não pertencendo ao quadro deste cultivo, Pouso Alegre estava localizada nas rotas comerciais que ligavam Vila Rica e São Paulo, passando assim a “*se beneficiar muito dessa posição estratégica*”<sup>35</sup>. Com a implantação das ferrovias, o Sul de Minas passou a ter maior interação com os mercados do Rio de Janeiro e São Paulo, e diversos produtos (café, fumo, carnes, cereais e açúcar) eram escoados nas estações da região. A estação ferroviária foi inaugurada no ano de 1895, favorecendo a circulação entre a cidade e outras localidades regionais e nacionais.

Ao iniciar o século XX espaço urbano de Pouso Alegre era dividido em 5 praças e 18 ruas, contando com 499 casas. Segundo o Almanaque do Município, a cidade possuía:

Iluminação a petróleo queimado em lampiões belgas abrigados em caixas de vidros sobre postes de madeira. O abastecimento de água era feito por dois chafarizes, ou por cisternas que quase todas as casas possuíam. Cultivava-se na freguesia da cidade a cana, o fumo, o café e toda espécie de cereais; exportavam-se, além destes produtos, polvilhos, farinha, queijos, galinhas, gado e cevados. O Mercado, farto em gêneros de primeira necessidade, funcionava somente aos domingos, a fim de deixar livre aos que abasteciam, isso é, à pequena lavoura. (...) O Bispado foi criado por iniciativa do então vigário da Paróquia de Pouso Alegre, padre José Paulino de Andrade<sup>36</sup>.

Após ter conhecido o contexto histórico e o perfil econômico da região e da cidade, passaremos a discutir sobre a questão política e fiscal.

### *3- O exercício político e fiscal no cotidiano de Pouso Alegre*

Ao propormos o estudo de uma cidade ou de determinada região, buscamos compreender os processos de integração e interação dos sujeitos e grupos sociais, assim como a dinâmica econômica e sua estrutura, podendo ser observado através da questão da fiscalidade, como se constituíam as leis que movimentavam a economia local.

O debate político, após a independência do Brasil, se concentrou na aprovação de uma nova constituição a fim de estruturar o governo. Na presente discussão, um dos pontos conflituosos foi a atribuição do poder absoluto ao Imperador. Segundo o historiador Boris Fausto,

Logo surgiram desavenças entre a Assembleia e Dom Pedro, apoiado a princípio por seu ministro José Bonifácio. Ela girava em torno do campo de atribuições do Poder Executivo (no caso, o Imperador) e do Legislativo uma contenda que iria repetir-se, em situações muito diversas, em outros momentos da história brasileira. Os constituintes queriam que o Imperador não tivesse o poder de dissolver a futura Câmara dos Deputados, forçando assim, quando julgasse necessário, novas eleições.

---

<sup>33</sup> Somente em 1907 foi fechado um contrato pelo prazo de 25 anos para a instalação da Empresa Telefônica. Pouso Alegre se tornou também, neste ano, a primeira cidade do Sul de Minas a contar com a energia elétrica.

<sup>34</sup> OLIVEIRA, Antonio Marques. *Almanack do município de Pouso Alegre*. Rio de Janeiro: Casa Mont'Alverne, 1900, p. 81-90.

<sup>35</sup> SAES, Alexandre Macchione; FILHO, Antoniel Avelino. Escravidão e trajetórias das elites locais: Campanha e Pouso Alegre no ocaso da escravidão. *Cultura, Histórica e Patrimônio*, v. 1, 2012, p. 79.

<sup>36</sup> OLIVEIRA, José Marques de. *Almanack do Município de Pouso Alegre*. Rio de Janeiro: Casa Mont'Alverne, 1900, p. 90-97.

Queriam também que ele não tivesse o poder absoluto, ou seja, o direito de negar validade a qualquer lei aprovada pelo Legislativo. Para o Imperador e os círculos políticos que o apoiavam, era necessário criar um Executivo forte, capaz de enfrentar as tendências “democráticas e desagregadoras”, justificando-se assim a concentração de maiores atribuições nas mãos do Imperador<sup>37</sup>

A primeira Constituição foi outorgada em 25 de março de 1824, conferindo organização ao país recém-independente. Devido o descontentamento de Dom Pedro com as propostas de limitação de seu poder, a Assembleia convocada em 1822 e instalada em 1823 com o objetivo de elaborar a constituição, foi dissolvida, passando no entanto esta função ao Conselho de Estado, tomando como base a discussão da assembleia dissolvida. Com a legislação ficou estabelecido um governo unitário, onde os poderes se concentravam nas mãos do poder central. O território brasileiro nesta época foi dividido em províncias, cujos presidentes eram subordinados ao chefe do Poder Executivo, isto é, ao Imperador. Sobre as Câmaras Municipais, a Constituição de 1824<sup>38</sup> deixa claro nos artigos 167, 168 e 169, que a elas compete o Governo Econômico e municipal, sendo eletivas e compostas do número de vereadores que a Lei designar, os demais exercícios seriam decretadas por uma lei regulamentar.

Foi com a promulgação do primeiro regimento das Câmaras, ou a “Lei de 1º de Outubro de 1828”, que se configurou uma nova forma às Câmaras Municipais, deixando claro que as medidas tomadas pelo Imperador reduziram os poderes dos paços municipais, até então órgãos administrativos e jurídicos de grande poder político. Em 1834, as câmaras municipais sofreram uma importante alteração com o Ato Adicional, revendo a organização das províncias e sua relação com governo central, garantindo-lhes maior autonomia. Em substituição aos Conselhos Gerais, foram instituídas as assembleias provinciais, que ficavam encarregadas da organização do município, despesas municipais, contratação e empréstimos pelas câmaras, obras públicas, entre outras atribuições, deixando claro que as competências das câmaras foram reduzidas. Isto nos leva a entender a submissão ao Imperador, pois as cidades e vilas sendo controladas pelas Assembleias Provinciais estariam sob a tutela do Imperador. Somente em 1891, na primeira fase republicana, que as Câmaras ganhariam mais autonomia.

Neste contexto, com a criação da Vila no ano de 1831, Pouso Alegre torna-se emancipada da cidade da Campanha da Princeza, instalando-se neste mesmo ano a Câmara Municipal, possuindo assim autonomia política. O primeiro registro das “Leis e Posturas” foi deliberado no dia 09 de Maio de 1832, baseando-se no Código em que se utilizava em Campanha que fora aprovada um ano anterior. Com a função de manter ordem em uma determinada localidade, os códigos insistiam na questão do asseio (limpeza, estética e harmonia), da ética e bons costumes, educação, saúde, da organização dos serviços relacionados à economia como pesos e medidas, a indústria, a agricultura, o comércio e a navegação. Sobre a economia, o referido código inicia com proibições de cortes de árvores, da pesca predatória e matar animais. Notamos neste código a ausência de leis sobre a cobrança de impostos, tendo em vista que ainda não se encontravam organizados.

Quanto ao comércio, em um dos artigos das Posturas notamos que o seu funcionamento informal se dava em tempos de falta de alimentos, levando-nos a entender que a forma de produção era mais concentrada internamente, pelos proprietários de terras ou em pequenas propriedades rurais.

---

<sup>37</sup>FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1995, p. 148.

<sup>38</sup>NOGUEIRA, Octaviano. *Constituição Brasileira I: 1824*. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012, p. 83-84.

Art. 81- Quando houver carestia de mantimentos serão os vendedores dos referidos gêneros obrigados a conduzi-los as praças, ou largos, na Villa aos Largos da Matriz e da Alegria, e nos Arraies, e Capellas as Praças das Igrejas onde venderão ao povo: multa de 5#rs. Nos casos do art. acima os atravessadores para tornar a vender sofrerão a mesma multa<sup>39</sup>.

No cenário da vila, percebemos que o comércio era organizado livremente nos principais pontos onde as pessoas se reuniam na época, ou seja, nos largos das igrejas e matrizes. Temos notícias, segundo as atas da Câmara, que esta forma de trabalho também era feita pelas ruas, de casa em casa pelos atravessadores e tropeiros que traziam os gêneros de sua produção. Nesta época, a população que constituía a Vila de Pouso Alegre era de 2871 habitantes, em que 58 sabiam ler e 975 eram analfabetos. As ocupações eram compostas da seguinte forma:

Tabela 02: Trabalhadores e ofícios da Vila de Pouso Alegre, 1839

Negociantes	04	Tropeiros	06
Agricultores	258	Sapateiros	04
Empregados Públicos	04	Ferreiros	02
Sacerdotes	01	Carpinteiros	08
Advogados	01	Olarias	03
Médicos	01	Ourives	01
Cirurgiões	01	Jornaleiros	68
Boticário	01		

Fonte: Documento disponível no Arquivo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo

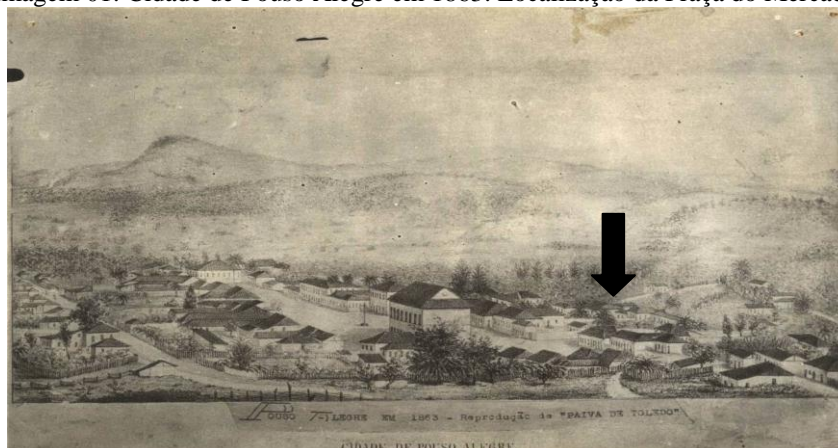
Através deste quadro percebemos como se estruturavam os serviços na Vila, sendo que grande parte da população se dedicava a agricultura, seguido daqueles que trabalhavam na jornada diária. A presença dos negociantes ainda somava-se a uma parcela pequena, tendo crescimentos nos próximos anos.

Apenas na década de 50, após a elevação à categoria de cidade, tem início a uma organização do espaço urbano, com a elaboração de um novo Código de Posturas (1858) e o estabelecimento de um espaço para a atividade comercial, sendo um terreno com uma casa alugados ao lado da Igreja Matriz. A imagem abaixo é um desenho reproduzido por Paiva Toledo, e retrata bem esta realidade, de Pouso Alegre no ano de 1863. Ao centro, cercada por algumas casas está a Igreja Matriz e logo ao lado direito, encontra-se situada a Praça do Mercado.

---

<sup>39</sup> *Livro de Leis e Posturas da Villa de Pouso Alegre*, 1832. Disponível para consulta no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

Imagem 01: Cidade de Pouso Alegre em 1863. Localização da Praça do Mercado



Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo

O novo código de Posturas possuía a mesma composição que o anterior, sendo apenas acrescentado o título 7º denominado “Sobre impostos municipais”<sup>40</sup> relacionados abaixo:

- De cada caza de negocio que se vender fazendas seccas, generos seccos, molhados importados, molhados e mais generos do paiz sendo em mesmo balcão (6\$000); balcão diverso pertencente ao mesmo dono (4\$000); se vender drogas permitidas (além dos impostos anteriores acrescenta-se 5\$000); molhados de fora, inclusive sal e generos do paiz (5\$000); aguardente ou restillo (4\$000);
- De cada Botica (8\$000); Dentista (20\$000); Retratista (20\$000);
- De cada Mascate de fazendas secas morador do termo (6\$000); que vender obras de ouro, prata, e pedras preciosas não sendo morador do termo (30\$000);
- De cada uma loja ou tenda aberta de officios, em que trabalharem dous ou mais officiaes comprehendidos os aprendizes (2\$000); por um dia ou tarde de volantim (10\$000);
- Por cada noite de cavallinhos ou qualquer espetáculo gymnastico (10\$000); casa de jogos permitidos (25\$000);
- De cada cabeça de gado vaccum que se matar (1\$200); de cada casa em que se vender carne a talho (4\$000); de cada vaca de leite dentro da cidade (2\$000);
- De cada barril de aguardente ou restillo importado (320 réis);
- Festas (cavalladas-1 dia 10\$000, apresentação teatral-1 dia 10\$000, prezepe 10\$000, reinado ou festas na rua 10\$000);
- Todos que possuïrem um carro (dentro dos subúrbios 4\$000; carro ferrado 6\$000) da cidade ou carretão (6\$000);
- Fazendeiros e agricultores (2\$000);
- Empregados publico (registrado nos livros da câmara 2\$000; nomeado pelo juiz 1\$000)

As cobrança destes impostos ficavam a cargo do Procurador da Câmara e de um Agente Municipal, sendo obrigado dentro do “ano municipal” percorrer por varias vezes o município para que a devida arrecadação fosse realizada.

O Código de Postura também já estabelecia uma organização de toda forma de comércio, seja informal ou em seus próprios estabelecimentos. Cada comerciante possuía uma licença, como forma de controle e de arrecadação para a municipalidade. Com o intuito de

<sup>40</sup>Código de Posturas da Cidade de Pouso Alegre, 1858. Livro da Lei Mineira. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

organizar e padronizar esta forma de comércio, que se dava pelas ruas da cidade, as posturas já previam certos espaços para as atividades, designando “a praça ou praças que devem servir de ponto de reunião em concorrência para os vendedores e compradores”<sup>41</sup>.

Em uma dessas praças, a Câmara Municipal “mandará edificar um telheiro espaço dividido em varandas e departamentos, segundo uma planta que para esse fim levantar”<sup>42</sup>. A edificação proposta para ocupar tal espaço seria construída para que no “futuro se torne em edifício elegante e duradouro para n’elle realizar-se uma feira ou praça do Mercado”<sup>43</sup>.

Esta seria uma da forma câmara municipal angariar fundos e lucrar com os impostos que fossem cobrados, sendo “parte da renda municipal o aluguel desses departamentos ou quartos que forem alugados aos carreiros ou tropeiros e quaesquer outros importadores, tanto de fora como do Município”<sup>44</sup>. Com essa pretensão, a de se institucionalizar um local para o comércio, em sessão da Câmara Municipal, no ano de 1859, os vereadores autorizam os trabalhos na Praça do Mercado.

As pessoas que realizam atividades comerciais podiam continuar, porém “não poderão dispor dos gêneros sem que estejam expostos a venda no lugar, digo a venda no largo da Matriz d’esta cidade atrás da Igreja”<sup>45</sup>, demarcando o referido espaço a partir daquele momento como lugar de comércio, até que a Câmara<sup>46</sup> edificasse uma casa apropriada.

Neste local eram “expostos a venda em retalho”<sup>47</sup>, os gêneros conduzidos pelos carreiros, tropeiros e condutores”<sup>48</sup>, sendo fornecidos a eles pesos e medidas para o melhor controle do procurador da Câmara. O comércio poderia ser realizado em seu entorno, sendo “permitido a qualquer quitandeiro de qualquer gênero levantar na praça barracas para resguardar a si e aos seus generos”<sup>49</sup>, através de demarcações e ordens marcadas sujeitas aos regulamentos da praça ou da feira.

Fora ainda instituída em sessões legislativas precedentes uma tabela de preços e um fiscal para administrar a Praça do Mercado, sendo responsável por exercer a fiscalização do espaço. O agente do Mercado ainda era obrigado a conservar o ambiente sempre limpo e asseado, dos quartos e repartimentos, e também proibir a presença de animais dentro daquele espaço.

A movimentação, no entanto, se dava diariamente, configurando-se como informal. Era então necessário que o agente do Mercado “estivesse presente durante todo o dia afim de bem fiscalizar e fazer cumprir os artigos do presente regulamento e manter ahy boa ordem”<sup>50</sup>. Ao final do dia, contava com espaços para abrigar as pessoas que vinham de fora para realizar o comércio. Eram espaços “alugados aos importadores de gêneros que os trazem

---

<sup>41</sup>Resolução N° 938: Posturas da Cidade de Pouso Alegre. Livro da Lei Mineira, Tomo XXIV, parte 1, folha n° 10. Ouro Preto, 1859, p. 208.

<sup>42</sup>Idem.

<sup>43</sup>Idem, p. 209.

<sup>44</sup>Resolução N° 938: Posturas da Cidade de Pouso Alegre. Livro da Lei Mineira, Tomo XXIV, parte 1, folha n° 10. Ouro Preto, 1859, p. 208.

<sup>45</sup>Documento que autoriza o início dos trabalhos na praça do Mercado. Ata da Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Pouso Alegre, 21/12/1859, disponível no Acervo do MHMTT.

<sup>46</sup>A cidade de Pouso Alegre nesta época não era governada por prefeitos e sim pelo presidente da Câmara exercia função de chefe do executivo até por volta da década de 30.

<sup>47</sup>Retalho (do português europeu) Peça, pedaço, cortado de outro maior, ou que se tira talhando obra. Mercador de retalho, o que vende à varas, e por miúdo, e não atacado, ou em grosso. SILVA, Moraes. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. Tomo II. Lisboa: Thypographia Lacérdina, 1813, p. 620.

<sup>48</sup>Livro de Atas n° 31 de 1859 a 1861. Documento que autoriza o início dos trabalhos na praça do Mercado, sessão de 21/12/1859, p. 61.

<sup>49</sup>Código de Posturas da Cidade de Pouso Alegre, artigo 210, 1858, p. 209, disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

<sup>50</sup>Livro de Atas n° 56 de 15/01/1872 a 12/04/1875. Parecer- Regulamento da Praça do Mercado, sessão de 17/01/1872, p.08.

para vender na cidade mediante o aluguel de 500\$ reis diários”<sup>51</sup> em que permanecessem naquele espaço. Parte da renda arrecada nos aluguéis e na cobrança de outros impostos era destinado ao poder legislativo.

Um dos primeiros documentos encontrados, discriminando os produtos e preços vendidos pelos mercadores, é do ano de 1866. Os gêneros encontrados na Praça do Mercado eram dos mais variados, como podemos observar na tabela abaixo com o seu respectivo preço:

Tabela 03: Tabela de Preços- Regulamento da Praça do Mercado, 1866

Produto	Preço	Produto	Preço
Cada pedaço de toucinho com ou sem carne	\$250 réis	Farinha de Mandioca (por cada alqueire)	\$040 réis
Por cada capado em pé	\$500 réis	Farinha de Milho (por cada alqueire)	\$040 réis
Por cada rés vendida a talho	\$080 réis	Sal (por cada alqueire)	\$040 réis
Farinha de Trigo (por arroba)	\$080 réis	Cal (por cada alqueire)	\$040 réis
Fumo (por cada arroba)	\$080 réis	Fubá (por cada alqueire)	\$040 réis
Café (por cada arroba)	\$080 réis	Polvilho (por cada alqueire)	\$040 réis
Algodão (por cada arroba)	\$080 réis	Rapaduras (por cada dúzia)	\$020 réis
Assúcar (por cada arroba)	\$080 réis	Queijos (por cada Dita)	\$120 réis
Milho (por cada alqueire)	\$040 réis	Tecidos de algodão grosso (por cada vara)	\$065 réis
Feijão (por cada alqueire)	\$040 réis	Solla de algodão grossa (por cada vara)	\$040 réis
Arroz (por cada alqueire)	\$040 réis		

Disponível no arquivo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

Neste mesmo ano, em umas das primeiras sessões da Câmara, iniciava uma discussão da arrecadação do mercado, apresentados no mesmo dia pelo vereador Silveira Leite e coincidentemente por São Thiago, também vereador

Foi apresentado pelo Vereador Silveira Leite um projecto de tabella de imposto Municipal em substituição ao tributo de meio por cento sobre os gêneros vendidos na Praça do Mercado d’esta cidade, pedindo o mesmo vereador que fosse seo projecto submettido a uma comissão composta do Vereador São Thiago e o cidadão Floriano Everardo da Cunha, e Messias José Teixeira, para com urgência de o mesmo parecer e redigirem a dita tabella ao competente regulamento para a boa arrecadação do imposto dos ditos gêneros. Posto em discussão foi approved. Igualmente foi offerecida uma outra Tabella pelo Vereador São Thiago sobre a mesma matéria, e que tem o mesmo destino<sup>52</sup>.

A partir da leitura do o Almanaque Sul Mineiro, para os anos de 1874 e 1884, podemos traçar o perfil de diversas cidades localizadas nesta região mineira. Apesar disso, nos atentaremos especificamente apenas para nosso objeto de estudo, neste caso Pouso Alegre. Ao se tratar da agricultura e criação, notamos que este tipo de trabalho era realizado para o comércio interno, pois em relação ao transporte eram encontradas algumas dificuldades. Veiga nos deixa claro que além do cultivo do milho, feijão, arroz e a criação de gados cavalari, muar, são estes produtos cultivados e criados “para o consumo local, sendo

<sup>51</sup> Idem.

<sup>52</sup> Livro de Atas nº 56 de 15/01/1872 a 12/04/1875. Sessão de 17/01/1872, disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

*portanto exclusivamente objecto de comércio interno; devido isto à falta ou à dificuldade de transportes para exporta-los para os grandes mercados consumidores*<sup>53</sup>. Em Pouso Alegre eram cultivados os seguintes produtos: o fumo (onde se fabrica um de excelente qualidade, *pirachim*) e o café<sup>54</sup> (encontrado na região do município em imensas plantações destinadas a alguma exportação. Das fabricas eram encontradas a de velas de cera e de chá (produto este exportado).

Os proprietários, comerciantes e trabalhadores na cidade eram compostos conforme o quadro abaixo:

Tabela 04: Relação dos Proprietários, Comerciantes e Trabalhadores da cidade de Pouso Alegre

	<b>1874</b>	<b>1884</b>
Proprietários	69	--
Fazendeiros	33	38
Engenhos de Serra	04	11
Que plantam café	--	07
Advogados	08	05
Solicitador	01	02
Médicos	02	03
Dentistas	02	03
Capitalistas	04	10
Negociantes de fazendas, armarinhos, ferragens, etc	22	11
Ditos de molhados, louças e gêneros da terra	16	36
Depósitos de sal e assucar e casas de comissão	02	--
Açougues	02	01
Alfaiates	06	04
Bilhares	02	02
Barbeiro e cabeleireiro	--	01
Caldereiro e Funileiro	02	01
Carpinteiros	06	03
Ferradores	02	02
Ferreiros	04	03
Fogueteiros	02	01
Hoteis	03	03
Marcineiros	03	03
Olarias	02	04
Ourives	02	03
Padaria	01	--
Pedreiros	03	--
Pharmacias	03	03

<sup>53</sup>VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanack Sul-Mineiro*. Campanha: Tipografia do Monitor Sul Mineiro, 1874, p. 31.

<sup>54</sup>Vale ressaltar as principais áreas que produziam café nesta época pertencente ao município de Pouso Alegre: Paraisópolis, Borda da Mata e Ouro Fino.

Relojoeiro	01	01
Sapateiros	09	05
Selleiros	04	03
Taipeiro	01	--
Tropeiros	03	06
Typographia	01	--
Empregados	05	--
Chá, Fabricas de	--	03
Chapéos, Fabricas de	--	01
Velas de cera, Fabricas de	--	02
Vinho, Fabricas de	--	03

Fonte: Almanaque Sul Mineiro 1874 e 1884. Disponível em: Hemeroteca Nacional

Observamos neste quadro diferenças numéricas consideráveis no período de dez anos. Em relação a agricultura, o crescimento verificado foi pequeno, surgindo na década de 80 em Pouso Alegre alguns plantadores de café. A rede comercial local apresentou um crescimento considerável, de 44 estabelecimentos registrados em 1874 passava-se a 58 em 1884. Os estabelecimentos em geral ofereciam gêneros da terra, entre secos e molhados, e produtos trazidos da corte como os importados da Europa, a exemplos de vinhos, azeites, charutos, tecidos e demais. Entre os comércios destacamos a **Loja do Motta**, que possuía um variado sortimento de fazendas, armarinho, ferragens, roupas feitas, calçados, chapéus para homens, senhoras e meninas, luvas de pelica Jouvin e outros artigos; a **Casa de Bilhar** com uma variedade de produtos nacionais e importados, secos e molhados:

Imagem 02: Anúncios Comerciais Jornal “O Pouso Alegrense” 1881.



Disponível no Acervo do MHMTT

No setor de artes e ofícios, algumas áreas obtiveram crescimento e outras apresentaram uma queda, devido a mobilidade de pessoas entre as cidades da região sul-mineira. O que nos chama atenção é que algumas funções ou estabelecimentos como os proprietários, depósitos de sal e assucar e casas de comissão, padaria, pedreiros, taipeiros, typographia e empregados não aparecem contabilizados no ano de 1884. Já as fabricas de chá, chapéus, velas de cera e vinho são discriminadas no respectivo ano, levando-nos a atender que a oficialização ou instalação das mesmas ocorreram entre este período. A fabricação de velas teve uma grande importância nesta época, por ocasião da construção da nova cadeia, necessitando assim do fornecimento de um grande numero para a iluminação do prédio e de seus arredores.

Muitos destes ofícios eram encontrados em uma coluna dos jornais da cidade, como segue abaixo a propaganda da Fabrica de Vellas do Sr. Balbino Aprigio Ferreira do Amaral e



do Sr. Manoel da Silva Castelo, anuncio de oficial de Pedreiro do Sr. João Benedicto Gomes de Andrade e de um ourives que prestavam serviços à cidade:

Imagem 03: Anúncios Comerciais Jornal "O Mineiro" 1875.

**VELLAS**

BALBINO A. PRIGIO PEREIRA DO AMARAL, participa as pessoas não só d'esta cidade, como as dos lugares circumvisinhos, que sempre tem em casa de sua residencia um completo sortimento de vellas de cera, que podem ser procuradas a qualquer hora: e vende mais barato que em outra qualquer casa desta cidade afiançando a qualidade e a perfeição.

Trata-se em sua casa á rua da Princesa, Imperial n. 7 ou rua do Marquez d'Herval n. 4

**Oficial de Pedreiro**

João Benedicto Gomes de Andrade natural da cidade de Taubaté e hoje residente nesta cidade, official de pedreiro, pôde ser procurado por aquellas pessoas que quizerem se utilizar do seu prestimo, á rua do Rosario, em casa do sr. João Cassiano. Garanta perfeição no seu trabalho.

Pouso-Alegre, 10 Dezembro de 1873.

**VELLAS DE CERA PURIFICADA**

MANOEL DA SILVA CASTELLO participa ao publico, que sempre tem no seu negocio a rua do Marquez do Herval n. 1, um completo sortimento de vellas de cera conhecidas por sua extrema alvura e perfeição, as quaes vende muito mais barato que em outra qualquer casa.

**Pouso-Alegre.**

Francisco de Paula Oliveira Castello colheea dentes por todos os systemas americanos ate hoje conhecidos, chumba com ouro, platina e outros metaes proprios para este trabalho, garante a perfeição e solidez de seu trabalho por seis mezes. Extrahе dentes com perfeição e delicadeza. Quem d'elle precisar dirija-se a rua do Marquez do Herval. N.º 1.

Disponível no Acervo do MHMTT

O rendimento das estações fiscaes, no ano de 1874, apresentou a quantia de 10:215\$030 e o orçamento da câmara, segundo o Almanaque Sul Mineiro para este ano, estava entre quatro a cinco contos, sendo considerada um dos municípios menos tributados da província<sup>55</sup>.

No ano de 1884 podemos visualizar a dinâmica econômica através de algumas atividades: a compra de madeiras para construção, estas de lei eram tabeladas a 300 réis e de pinho a 200 réis. Já uma dúzia de tabuas de pinho a 18 réis, de cedro de 35 a 40 réis. As rezes geralmente eram vendidas com osso a 4\$000 a arroba e um carneiro a 4\$000 ou 5\$000. Para se comprar um frango era necessária a quantia de 240\$000 a 320\$000, enquanto os ovos a

<sup>55</sup>VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanack Sul-Mineiro*. Campanha: Tipografia do Monitor Sul Mineiro, 1874, p. 227.

240\$000 a dúzia. Itens como o leite a 80 réis a garrafa, o sal a 3 e 3\$500 réis a saca, o açúcar branco a 7\$ e 8\$ a arroba. Um carro de lenha era vendido de 2\$500 a 3\$, já o de pedra 2\$500, a cal 3\$ o alqueire. A importação dos produtos cultivados na cidade circulava em torno de 200:000\$000.

Com a proclamação da República ocorrida em 15 de Novembro de 1889, dava-se fim a um império que estava passando por um período decadente, perdendo apoio de suas bases econômicas, militares e sociais,

O povo brasileiro cansara-se da monarquia, cuja modéstia espartana não incutia nos espíritos a mística e o esplendor dos tronos europeus (...) o imperador vestia trajes civis (...) Conta-se que a Princesa Imperial trazia consigo, no decote, fósforos para acender ela mesma as velas à boca da noite (...) O Conde d'Eu era cordialmente detestado (...) **entre outros fatores** (grifo meu) A velha estrutura monárquica, que, somada à tradição portuguesa, contava oito séculos, desmoronou-se toda em poucas horas na madrugada de 15 de Novembro.<sup>56</sup>

Entre as diversas mudanças ocorridas neste período, destacamos a promulgação de uma nova Constituição Brasileira. Com as leis que este conjunto estabelecia, decretava-se que a forma de governo da nação Brasileira seria a República Federativa, as províncias se tornariam estados, estando unidos a federação, dando autonomia aos mesmos na questão governamental e legislativa. Em relação aos municípios, o artigo 68 deixava claro que “*Os Estados organizar-se-hão de forma que fique assegurada a autonomia dos municípios, em tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse*”<sup>57</sup>. A divisão dos tributos passou a ser dividida entre a União e os Estados, enquanto estes escolheriam alguns de seus impostos para os municípios.

À União competiam os impostos de importação, direitos de entrada e saída de navios, selos, taxas de correio, telégrafo. Ao Estado caberia os impostos de importação de seus produtos, sobre imóveis rurais e urbanos, sobre transmissão de propriedades (sisa sobre bens de raiz), sobre indústrias e profissões, selos sobre os atos de seu governo e negócios de sua economia, taxas sobre seus correios e telégrafos. Enquanto aos municípios,

Durante toda República Velha (1891-1930), as municipalidades tiveram considerável autonomia enquanto corpos administrativos. As cidades eram responsáveis por todos os trabalhos nas estradas e pela manutenção e limpeza dos espaços públicos; pela construção e inspeção da infra-estrutura (água, esgoto e iluminação) pela regulamentação do uso e ocupação da terra e pelo trânsito (regras conhecidas como posturas); pelo controle dos mercados e pela inspeção da atividade econômica<sup>58</sup>.

A década de 90 se caracterizaria por algumas transformações significativas em Pouso Alegre. Nos primeiros anos, o núcleo urbano<sup>59</sup> era composto por 5724 habitantes, sendo 2774 homens e 2590 mulheres. Deste número populacional, observamos um alto índice de analfabetismo, sendo 4333 os que não sabiam ler e 1391 eram alfabetizados. A presença estrangeira registrava-se por apenas 66 pessoas. Este número aumentaria com a criação da

---

<sup>56</sup>BALEEIRO, Aliomar. Constituições Brasileiras Volume II- 1891. 3ªEd. Senado Federal, Subsecretaria de edições técnicas, Brasília, 2012, p. 11-12.

<sup>57</sup> BALEEIRO, Aliomar. Constituições Brasileiras Volume II- 1891. 3ªEd. Senado Federal, Subsecretaria de edições técnicas, Brasília, 2012, p. 80.

<sup>58</sup>ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo, Nobel, Fapesp, 1999, p. 18.

<sup>59</sup>Aqui me refiro apenas ao núcleo urbano de Pouso Alegre, tendo em mente que o município neste período possuía ao todo 31.863 habitantes.

Colônia Francisco Salles em 1896, com a tentativa de se incentivar o trabalho rural, oferecendo aos colonos lotes de 5 alqueires a 1:200\$000 réis.

Diante destas mudanças, e com a instalação da Comarca de Pouso Alegre, em 1º de Agosto de 1892 é promulgado os Estatutos do Município de Pouso Alegre. Constituído de 13 títulos, baseava-se nos antigos Códigos de Posturas, porém com diversas alterações. A administração municipal era feita pela Câmara Municipal e pelo Agente executivo municipal a quem cabiam a responsabilidade de legislar, arrecadar e manter organizada a cidade. Sobre a renda municipal e sua arrecadação, segundo o as Leis Municipais<sup>60</sup>, da renda líquida arrecadada, metade seria entregue aos distritos<sup>61</sup>, em proporção ao rendimento de cada um dos direitos. A Câmara também estabeleceria em seu regime tributário as tabelas de seus impostos e as regras para sua arrecadação. Era composto pelos seguintes impostos:

- De indústrias e profissões;
- De aferições de pesos e medidas;
- De imóveis rurais e urbanos;
- De transmissão de propriedade imóvel, intervivos (antiga sisa);
- Multas por infrações do Estatuto, leis e resoluções municipais;

O orçamento de receitas e despesas realizado, em Pouso Alegre, era distribuído por verbas apresentadas à câmara pelo Agente Executivo Municipal, em toda primeira quinzena do mês de setembro, sendo que depois do dia 15 de janeiro o mesmo Agente colocaria no papel o balanço da receita e despesa, sendo arquivada logo que fosse aprovada pela assembleia municipal.

#### *4- Considerações*

Em Pouso Alegre percebemos desde a sua formação inicial, em fins do século XVIII, uma localidade estratégica, ponto de acolhimento aos viajantes que passavam pelas Minas para pernoitarem e usufruísem dos recursos disponíveis na região. No decorrer do século XIX, assume ainda mais certa posição de centralidade, principalmente pela sua posição geográfica em relação aos caminhos que cruzavam na região do Sul de Minas.

No cenário político, contou com a presença no cenário nacional, através do Padre Senador José Bento, pessoa esta que organizou o núcleo populacional que aqui se estabeleceu, desde a aferição das primeiras ruas a inserção da primeira tipografia na pequena vila, em seu prelo publicando semanalmente o “Pregoeiro Constitucional”, o primeiro jornal do Sul de Minas, e o quinto da província, levando seus ideais políticos e algumas notícias de Pouso Alegre para o Império e outras cidades. Outro fator que nos chama atenção é o fato de ter sob sua administração uma ampla extensão territorial que compreendia povoados e espaços rurais que depois se emanciparam, constituindo novos municípios.

Em meio a organização política, a partir de 1831, Pouso Alegre é elevada a Vila, e ao mesmo tempo é estabelecida a primeira Câmara Municipal, dando assim início a melhoramentos e avanços naquela pequena localidade. Uma das primeiras ações da casa legislativa foi a abertura de duas fontes públicas de água potável, construção de um chafariz no Largo do Rosário e abastecimento de água.

---

<sup>60</sup>Lei Orgânica do Município de Pouso Alegre, Typographia Silva Cabral, Ouro Preto, 1892. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

<sup>61</sup>Segundo o Almanack do Município de Pouso Alegre, neste período, fazia parte do território municipal: Freguezia de São José do Congonhal, Freguezia de Nossa Senhora da Conceição Aparecida de Estiva, Freguezia de Sant’Anna do Sapucahy e Freguezia da Borda da Matta.

Na segunda metade do século XIX, é que percebemos maior atenção com a administração pública. Temos o estabelecimento do segundo Código de Posturas da cidade, mantendo a ordem e a constituição do local, e pela primeira vez é discriminada e organizada a estrutura fiscal de Pouso Alegre, através da cobrança dos impostos, da delegação dos cargos e da demonstração de suas contas. Com a criação da Praça do Mercado, e a estruturação de sua organização de funcionamento, o comércio passa a ser algo mais rentável para a municipalidade, e nos leva a entender que Pouso Alegre diferentemente dos outros municípios mantém a sua característica de economia de abastecimento.

Com a análise da documentação, podemos observar, mesmo que inicialmente, as relações econômicas estabelecidas no município eram através dos negociantes e produtores rurais. A transição do século XIX para o século XX terá uma importância para Pouso Alegre, pois a riqueza urbana se fortaleceu com o crescimento do comércio e dos investimentos empreendidos pela municipalidade. Se não podemos encontrar manifestações daqueles membros do grande capital urbano, por outro lado, a cidade não deixou de caminhar na construção de sua própria trajetória na assimilação do mundo urbano moderno.

### Referências

- ANDRADE, Ana Eugênia Nunes de. VALE, Fernando Henrique do. *Mercado Municipal de Pouso Alegre: o cotidiano na cidade*. Campinas: Pontes Editores, 2014.
- ANDRADE, Marcos Ferreira. *Elites regionais e a formação do Estado Brasileiro: Minas Gerais-Campanha da Princesa (1799-1850)*. 2ª edição revista atualizada. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.
- BALEEIRO, Aliomar. *Constituições Brasileiras Volume II- 1891*. 3ªEd. Senado Federal, Subsecretaria de edições técnicas, Brasília, 2012.
- CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. A Transição da mão de obra no Sul de Minas: cultura política na imprensa local (1879-1888). *Revista Eletrônica Cadernos de História*, vol. 1, nº 2, Ouro Preto: UFOP, dez- 2008.
- COSTA, Wilma Peres. *Revisitando a questão da centralização fiscal no século XIX*. 1er Congresso Latinoamericano de Historia Económica (CLADHE I), Montevideo, 2007.
- CUNHA, Alexandre Mendes; GODOY, Marcelo Magalhães. O espaço das Minas Gerais: processos de diferenciação econômico-espacial e regionalização nos séculos XVIII e XIX. *Congresso Brasileiro de História Económica, 5; Conferência Internacional de Historia de Empresas, 6*, 2003, Caxambu, MG. Anais... Caxambu: ABPHE, 2003. 1 CD-ROM.
- DELFINO, Leonara Lacerda. *A família negra na freguesia de São Bom Jesus dos Mártires: incursões em uma demografia da escravidão no Sul de Minas*. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2010.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1995.
- FOLLIS, Fransérgio. *Política urbana e cidadania: um estudo sobre a cidade no interior paulista (Franca, 1890-1996)*. Editora UNESP, São Paulo, 2012.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura S.A., 1959.
- GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. *A Princesa do Oeste e o Mito da decadência de Minas Gerais: São João del Rei, 1831-1888*. São Paulo: Annablume, 2003.
- IGLÉSIAS, Francisco. *Política econômica do governo provincial mineiro, 1835-1889*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1958.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 4ªEd. Campinas: Editora Unicamp, 1996.
- LENHARO, Alcir. *As tropas de moderação: O abastecimento da corte na formação política do Brasil (1808-1842)*. São Paulo: Edições Símbolo, 1979.
- LOPES, Luciana Suarez. HANLEY, Anne Gerard. *Alice no país da contabilidade: a aventura de duas historiadoras econômicas em registros contábeis do século XIX*. Revista de Contabilidade Financeira, vol. 25, São Paulo: USP, 2014.
- MARTINS, Roberto Borges. Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não- exportadora. *Estudos Econômicos*, Instituto de Pesquisas Econômicas- USP, v. 13, nº1, 1983.

MONTORO, Eugênio Augusto Franco. A organização do Município na Federação Brasileira. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1974.

NOGUEIRA, Octaviano. *Constituição Brasileira I: 1824*. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012.

OLIVEIRA, Antonio Marques. *Almanack do municipio de Pouso Alegre*. Rio de Janeiro: Casa Mont'Alverne, 1900.

QUEIROZ, Amadeu de. *O Senador José Bento* (Estudo Histórico). Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1933.

ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo, Nobel, Fapesp, 1999.

SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato. *Sul de Minas em transição: a formação do capitalismo na passagem para o século XX*. Bauru, SP: EDUSC, 2012.

\_\_\_\_\_; FILHO, Antoniel Avelino. Escravidão e trajetórias das elites locais: Campanha e Pouso Alegre no ocaso da escravidão. *Cultura, História e Patrimônio*, v. 1, 2012

SPIX, Johann & MARTIUS Carl. *Viagem pelo Brasil*. 3 ed., vol. I. São Paulo: Melhoramentos, 1976.

VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanack Sul-Mineiro*. Campanha: Tipografia do Monitor Sul Mineiro, 1874.

WIRTH, John D. *O fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

### **Fontes de Pesquisa**

*Código de Posturas da Cidade de Pouso Alegre*, artigo 210, 1858, p. 209, disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

*Documento que autoriza o início dos trabalhos na praça do Mercado*. Ata da Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Pouso Alegre, 21/12/1859, disponível no Acervo do MHMTT.

Lei Orgânica do Município de Pouso Alegre, Typographia Silva Cabral, Ouro Preto, 1892. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

*Livro de Leis e Posturas da Villa de Pouso Alegre*, 1832. Disponível para consulta no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

Livro de Atas nº 31 de 1859 a 1861. *Documento que autoriza o início dos trabalhos na praça do Mercado*, sessão de 21/12/1859.

Livro de Atas nº 56 de 15/01/1872 a 12/04/1875. Sessão de 17/01/1872, disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

*Resolução N° 938: Posturas da Cidade de Pouso Alegre*. Livro da Lei Mineira, Tomo XXIV, parte 1, folha nº 10. Ouro Preto, 1859.